

ALFREDO CUNHA

50 ANOS DE FOTOGRAFIA

O
TEMPO
DAS
MULHERES

FOTOGRAFIAS DE ALFREDO CUNHA
TEXTOS DE MARIA ANTÓNIA PALLA

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXIX

Título

O Tempo das Mulheres

Texto

Maria Antónia Palla

Fotografia

Alfredo Cunha

Revisão

Madalena Alfaia

Digitalização e tratamento de imagem

Alfredo Cunha

Design, paginação e capa

Alexandre Fernandes

Edição

Tinta-da-china

1.º edição: Novembro de 2019

ISBN: 978-989-671-508-3

Depósito Legal: 460097/19

© 2019, Alfredo Cunha e Edições tinta-da-china, Lda.

Rua Francisco Ferrer, n.º 6-A, 1500-461 Lisboa

Tels.: 21 726 90 28/9

E-mail: info@tintadachina.pt | www.tintadachina.pt



Quem nos cobriu de beijos! Para a minha mãe, Maria do Carmo, que é neste livro o símbolo de todas as mulheres e ficará para sempre na minha memória. O primeiro retrato só poderia ser o seu. A fotografia tem essa magia, leva-nos a outros tempos, outras vidas e permite esta revisitação.

Sempre que vejo esta imagem, ouço o som da sua voz:
«Ó rapaz, levanta-te, parece que está a acontecer uma revolução!»

Alfredo Cunha
Sabariz, Julho de 2019



UMA TÃO LONGA MARCHA

MARIA ANTÓNIA PALLA

Somos mulheres ou homens, por um jogo de acasos, desde o momento da concepção. Mas não é esse facto que nos une, a nós, mulheres. Vivemos em hemisférios diferentes, em continentes, países e sociedades desiguais, trilhamos percursos de vida próprios.

A desigualdade que nos separa não depende da cor da pele, nem da língua que falamos, do traje que usamos, ou sequer da idade. O que nos torna diferentes é a cultura, as tradições, a circunstância de usufruirmos ou não de direitos. Nada disto depende de nós. O que nos torna diferentes é o facto de sermos livres ou não.

Por diversas razões, no passado, no presente e, quem sabe, no futuro, há mulheres vítimas da História, ao passo que outras criam a sua própria História. Este livro de Alfredo Cunha mostra precisamente isto: o que nos diferencia e o que temos em comum, enquanto mulheres.

«Este século (o século XX) é o da libertação das mulheres nas sociedades ocidentais. [...] A enumeração das suas conquistas causa vertigem. Para nós, privilegiadas dos países democráticos, está feita a prova de que entramos numa nova era que reconhece a legitimidade do modelo igualitário entre os sexos», escreve Élisabeth Badinter no prefácio

ao livro *Le XXème siècle des femmes* («O Século XX das Mulheres»), de Florence Montreynaud. As mulheres – a «segunda parte da Humanidade» –, percorreram uma longa marcha, silenciosa ou silenciada, marcada por derrotas e vitórias, até conseguirem escapar à estrita esfera do lar, até quebrarem o anonimato e até conseguirem afirmar que querem ser reconhecidas como iguais aos homens, em direitos e deveres, sem estarem à espera de que lhes seja concedida a segunda metade do céu.

Os caminhos percorridos foram diversos, e nem todas chegaram ainda ao fim da jornada. Um dia, talvez um dia, teremos todas os mesmos direitos. Mantendo a nossa identidade, a nossa herança, a nossa diferença, mas podendo partilhar com outros a nossa opinião e a nossa vontade. Podendo usar efectivamente o poder de decisão, sem sujeição. Livres.

Ao longo da História, algumas mulheres souberam impor-se pela sua beleza, pelos seus dotes artísticos ou pelo seu relacionamento com famílias poderosas. Recebiam benesses e heranças. Mas não tinham propriamente direitos. Aquilo que aos poucos as libertou foi a educação e o trabalho.

Nos tempos mais recuados, os homens ignoraram a relação entre o acto sexual e a gravidez.

Quando perceberam, elas perderam o poder mágico que tiveram durante milénios — restringidas à reprodução e à germinação do que deitavam à terra, assegurando caçadores, guerreiros e comida. O amor não existia e só foi reconhecido muito tarde.

Durante a Idade Média, sabemos que foram várias as mulheres nobres que conquistaram autonomia, gerindo os seus domínios, mantendo as suas cortes, educando os filhos, fazendo os seus jogos políticos. Isto, contudo, era resultado da tradição. De tal modo que as plebeias — mulheres e filhas de mercadores mais ou menos afortunados, estalajadeiras, mulheres da vida — eram servas, quer trabalhassem nos campos, ou em casa dos seus amos: amamentavam filhos de outras, educavam-nos, eram preceptoras e objecto de prazer dos homens.

No entanto, não foi certamente um acaso que Christine de Pisan (1364-1430) tenha escrito uma obra, que na verdade era uma utopia, intitulada *A Cidade das Mulheres*, aí defendendo a igualdade e a capacidade das mulheres em todas as áreas, inclusive «no exercício do poder político». A condição era que fossem instruídas. Neste livro, dá-se exemplos de mulheres viúvas «que dominaram estas artes e cuja competência em gerir as suas casas prova que uma mulher inteligente pode ser bem-sucedida em qualquer domínio». Christine de Pisan ficou viúva muito cedo e foi, tanto quanto se sabe, a primeira mulher a ganhar a vida através daquilo que escrevia. Ora, este texto, com cerca de seis séculos, prova que a questão dos direitos das mulheres é mais antiga do que se julga. Vem de trás, atravessa o Século das Luzes

e ganha corpo com a Revolução Francesa, em 1789. Liberdade, Igualdade, Fraternidade: eis os grandes princípios revolucionários que iriam transformar o Estado e a sociedade, e que teriam fatalmente de alterar a condição das mulheres, não apenas em França, mas em todo o mundo ocidental, até porque estes princípios se afirmavam como universais.

Em 1790, Condorcet defendeu o direito das mulheres à plena cidadania. No ano seguinte, Olympe de Gouges escreve a «Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã», cujo primeiro artigo estabelece que «a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos». Antes de ser guilhotinada por ter tomado a defesa de Luís XVI, Olympe de Gouges suscitaria a Robespierre o seguinte comentário: «As mulheres aceitam as novas ideias porque são ignorantes, espalham-nas facilmente porque são levianas e lutam por elas muito tempo porque são teimosas.» Esta afirmação poderia ser actualmente replicada por alguns políticos — se ousassem fazê-lo. Naquele tempo, acabou por ser cruel e injusta, pois revelou uma absoluta incapacidade de compreender a importância da participação das mulheres no triunfo da Revolução. Uma participação que, de resto, levaria os irmãos Goncourt a reconhecer, anos mais tarde, já no século XIX, que «um ser que nasce é mulher pelo sexo, mas é sobretudo Povo antes de ser mulher».

Em 1792, a inglesa Mary Wollstonecraft publica uma obra intitulada *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*, na qual reclamava a liberdade da mulher como um direito: «Deixem as mulheres governar. Duas cabeças pensam melhor que uma.» O livro, mal recebido na época pelo público,

tornar-se-ia uma das maiores referências do movimento feminista.

Poucos anos mais tarde, Flora Tristan, jornalista e escritora francesa, analisou a situação das mulheres, em particular as mulheres trabalhadoras, no contexto da família e da sociedade. Concluiu o seguinte: «A mulher é um pária desde o nascimento, tem a condição de serva e a infelicidade por dever.» Ora, esta conclusão antecede dois séculos a teoria de Simone de Beauvoir, quando esta compara a condição da mulher à de uma casta inferior, os párias indianos, e antecipa-se ainda a Friedrich Engels, quando afirma: «O homem mais oprimido pode ainda oprimir um ser, que é a sua mulher. Ela é a proletária do proletário.» Em *União Operária*, Flora Tristan desenha a sua utopia: a união dos proletários de todo o mundo, lutando contra a exploração. «Proletários de todo o mundo, uni-vos! É preciso fazer a união dos operários e operárias. [...] A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.» E acrescenta: «Em 1791, os vossos pais proclamaram a imortal Declaração dos Direitos do Homem, à qual deveis ser hoje homens livres e iguais perante a Lei. Falta-vos a vós, homens de 1843, executar uma obra não menor. Libertai as últimas escravas que restam na sociedade francesa, proclamai os direitos das mulheres!» Flora Tristan morreu em 1844, aos 41 anos, pobre, incompreendida, doente e solitária.

A doutrina feminista ganharia uma maior influência com John Stuart Mill. O filósofo e político inglês publica, em 1869, um ensaio intitulado «The Subjection of Women», no qual defende o direito de voto para as mulheres. Nas eleições municipais de 1890, as mulheres votaram pela

primeira vez, mas tudo se ficou por aí. No entanto, este facto acabou por exercer enorme influência nos países da Europa e da América do Norte, onde a luta pelos direitos das mulheres ao voto se uniu ao movimento pela libertação dos escravos. As norte-americanas, a par do direito ao voto alheio a distinções de classe, cor ou sexo, avançaram com outras reivindicações: redução do horário de trabalho, revisão do sistema de salários, direito à educação e abolição da escravatura. Aconteceu que os escravos foram libertados, mas as mulheres não conseguiram conquistar o direito de votar.

O movimento sufragista nasceu nos países saxónicos, mas estendeu-se rapidamente ao mundo ocidental, e acabou por se transformar numa causa universal. Foi a primeira causa universal desencadeada por mulheres na História da Humanidade. As sufragistas foram ridicularizadas, presas, julgadas como desordeiras, mas mantiveram a sua luta e conseguiram estendê-la à Europa inteira.

«O fim do século XIX e o início do século XX foram marcados não apenas pela mudança da situação da mulher, mas pela consciencialização dessa mudança e das alterações que deveria acarretar», escreveu a jurista portuguesa Elina Guimarães, que dedicou a sua vida à defesa, através da escrita, dos direitos das mulheres. Em Portugal, um mês após a proclamação da República, em 1910, o direito ao voto e o direito ao divórcio foram as primeiras reivindicações apresentadas pelas feministas ao Governo Provisório. Contudo, o movimento sufragista no nosso país não foi tão visível como outros. Com a sua tradicional generosidade, as republicanas deram prioridade à luta pela República, na qual as intelectuais tiveram uma participação

importante. Desde o fim do século XIX, fundaram diversas associações, com vista à promoção dos ideais republicanos e feministas, tal como fundaram jornais, nos quais escreveram, e lançaram campanhas de alfabetização, intervieram em reuniões públicas, prepararam projectos de leis contra a discriminação das mulheres e a favor dos direitos das crianças. A República não foi apoiada apenas por uma elite: existiam já alguns sindicatos, formados por trabalhadoras de ofícios femininos, como as costureiras e as lavadeiras. Na tarde de 10 de Outubro de 1910, foram muitas as mulheres que, de lenço vermelho ao pescoço, desceram à rua para aclamar a República. Outras estiveram presentes na Rotunda do Marquês de Pombal, prontas a defender a Revolução, tal como estiveram presentes na Primeira Grande Guerra.

A Revolução Industrial criara novas condições sociais que exigiam profundas mudanças laborais, culturais e políticas. A República anunciava uma sociedade nova em cuja construção as mulheres queriam participar, em pé de igualdade com os homens, em todos os campos, inclusive na família. Por outro lado, a Revolução Russa de 1917 atraiu muitas mulheres, que apoiaram o novo Regime e afirmaram que a República deveria englobar uma mudança radical na relação entre as mulheres e os homens, indispensável à construção de uma sociedade livre e igualitária.

Alexandra Kollontai, no livro *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, exprimiu aquele que pensou ser o ideal da Revolução: «A classe operária necessita, para a realização da sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não queremos mulheres sem personalidade no matrimónio e no

seio da família, nem mulheres que possuam as chamadas virtudes femininas – passividade e submissão. Necessitamos de companheiras com uma individualidade capaz de protestar, que possam ser consideradas como membro activo, em pleno exercício dos seus direitos e, consequentemente, que sirvam à comunidade e à sua classe.» E também a elas próprias.

No Congresso de Basileia, o problema da sexualidade feminina e da nova relação entre mulher e homem foi muito debatido, na perspectiva que as feministas tinham de que o privado é também político. Reclamaram o «amor livre». Mas Lenine pôs rapidamente termo a esse debate, por não o considerar prioritário. Este é um argumento ainda invocado nos nossos dias, nas organizações maioritariamente masculinas, sempre que se trata de um assunto particularmente importante para as mulheres.

Haveriam de acontecer ainda duas guerras mundiais até que, a 10 de Dezembro de 1948, fosse aprovada a Declaração dos Direitos do Homem, que afirma o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Mas uma coisa é a lei, e outra coisa é a vida.

A Segunda Guerra Mundial foi uma calamidade impensável em países desenvolvidos, mas deu oportunidade às mulheres de se afirmarem no plano profissional, cultural e artístico, substituindo os homens em todas as funções – até como militares e elementos das forças da Resistência em países ocupados pelos nazis. No entanto, com a paz veio também o esquecimento do que as mulheres haviam trabalhado, mostrando que tinham capacidade para substituir os homens em todos os sectores.

A política mandava agora que as mulheres regresassem às actividades tradicionais de donas de casa e mães de família. Os empregos eram para os homens que tinham sobrevivido à guerra. Foi montada uma monumental campanha de manipulação, só comparável à que existe nos nossos dias relativamente à suposta crise demográfica. A publicidade, as indústrias têxteis, a moda e o cinema difundiam então a imagem de uma mulher de amplas saias rodadas – era preciso reactivar a indústria têxtil –, cintura fina, seios fartos, impecavelmente maquiadas, cabelos louros ou platinados, unhas longas, como as vedetas de *music-hall* ou, em versão mais popular, mostrando-se risonha, feliz e disponível para acolher o chefe de família, ao cabo de um dia de trabalho, rodeada de alegres e saltitantes crianças, limpas e bem comportadas.

As mulheres não gostaram: sentiam-se inúteis, deprimiram, foram ao psiquiatra. Os médicos chamaram-lhe a «doença das donas de casa».

«Dá-me a impressão de que não existo.» «Sinto-me vazia, incompleta.» Estes são alguns dos testemunhos recolhidos pela americana Betty Friedan, publicados num livro de 1963, *A Mística da Mulher*, que alcançou um êxito colossal em todos os países ocidentais. A certa altura, muitas mulheres decidiram voltar a estudar, a trabalhar, a escrever, a pintar, a associar-se a outras mulheres para discutirem os seus problemas. Nos Estados Unidos, o principal era como se haveria de pôr fim à Guerra do Vietname. Ao fazê-lo, tomaram consciência da sua capacidade de intervir nos assuntos políticos e, ao mesmo tempo, interrogaram-se sobre o que estava errado nas suas vidas. Criaram-se então os chamados «grupos

de consciencialização», que contribuíram para a criação de um movimento nacional que haveria de estender-se a outros países.

Foi assim que nasceu, a par de outras reivindicações, o movimento em defesa da contracepção livre e do aborto legal e seguro, a simples pedido da mulher. Neste momento, o direito ao voto, que a maior parte dos países reconhecera após a Grande Guerra, já não chegava. As mulheres queriam agora ter direito ao próprio corpo. Foi assim que, com variantes, surgiu o Movimento pela Contracepção e o Aborto Legal e Livre, que se estendeu a outros países onde persistia a proibição. «A contestação das Mulheres», escreveu o sociólogo Alain Touraine, «abala a cena, colocando os problemas da personalidade e da sexualidade.»

Pode então dizer-se que a luta autónoma das mulheres no século XX, numa primeira fase, consistiu na luta pelo direito de voto. A partir dos anos 1960, a luta pelo direito à contracepção e à despenalização e legalização do aborto, já descriminalizado na maioria dos países desenvolvidos, ganhou a cena política.

Em Portugal, a Constituição de 1976 e a posterior revisão do Código Civil responderam à aspiração das mulheres à liberdade e à igualdade. Ainda assim, o aborto clandestino, realizado em condições perigosas e atentatórias da dignidade, provocava cerca de cem a trezentas mortes de mulheres por ano. Também por isto, as mulheres exigiam ter a liberdade de escolher se queriam ou não ter filhos, quando, quantos, e de espaçar as gravidezes. No nosso país, esta luta durou dez anos, terminando com a aprovação, na madrugada de 11 de Março de 1984, da lei que confirma o direito

de acesso à contracepção, bem como a despenalização e legalização do aborto, e a sua realização, a pedido da mulher, em determinadas circunstâncias. Até esse dia, os abortos clandestinos eram a terceira causa de morte materna. Desde então, não foi registada nenhuma morte.

Actualmente, no que respeita às mulheres dos países desenvolvidos, os problemas mais graves são a violência doméstica, os maus tratos às crianças, o assédio sexual, o tráfico de seres humanos, o desemprego, os baixos salários, o custo de vida, a escassez de estabelecimentos de apoio às crianças, a falta de habitação, o mau atendimento nos serviços de saúde e os preconceitos da justiça, que não as defende da violência doméstica e por isso conduz, muitas vezes, as mulheres e os seus filhos à morte. Por outro lado, a poluição e as alterações climáticas tornaram-se uma preocupação na ordem do dia.

Por contraste, nos países não desenvolvidos, e mesmo em territórios até há pouco pacíficos, grassam as guerras e os conflitos, causadores de ambientes insuportáveis e da fuga de milhões de pessoas para lugares mais seguros, onde dificilmente conseguem estabelecer-se e integrar-se. A este cenário, junta-se a ameaça tremenda do terrorismo, e a presença cada vez mais proeminente dos regimes autoritários.

Num caso como noutro, no mundo desenvolvido e no mundo menos privilegiado, as mulheres e as crianças continuam a ser as grandes vítimas da violência. Seria o mundo diferente caso as mulheres mandassem?

Recorde-se que, em 1992, mulheres com experiência em cargos políticos aprovaram um docu-

mento, a «Declaração de Atenas», onde se afirma que «a igualdade pressupõe paridade na representação e administração das Nações», sublinhando que os talentos e as capacidades das mulheres não podem continuar a ser desperdiçados. Numa conferência mundial promovida pela ONU em Pequim, consagrou-se o princípio segundo o qual «os direitos das mulheres são direitos humanos». Os princípios e os tratados existem, portanto. Falta apenas avançar e estendê-los ao mundo inteiro.

A partir da década de 1990, mulheres de vários países começaram a publicar livros que denunciam situações de discriminação exercida sobre mulheres.

Djoura, uma artista argelina residente em França, conta o seguinte: «Na tradição em que nasci, quando nasce um rapaz, dão-se gritos de alegria e faz-se uma festa. Quando nasce uma rapariga, chora-se e conforta-se a mãe como se fosse um dia de luto. [...] Ainda hoje, uma rapariga não é igual a um rapaz. A sua sorte está ligada à vontade da família, do pai, do irmão, do tio, enfim, do homem que a tutela até ela se casar, e, depois, do marido.» Logo, conclui: «A luta pela emancipação das mulheres do Islão, que começou nos anos 20, no Egipto, na Tunísia e no Médio Oriente, é agora mais necessária do que nunca.»

O casamento forçado é apontado pela jornalista Françoise Assouline, de origem tunisina, como parte da violência exercida sobre mulheres, algumas ainda adolescentes: «No Corão, qualquer texto ou dogma pode ser interpretado como se quiser. Mas, no que diz respeito à mulher, a conclusão é sempre a mesma: a mulher é inferior ao homem. O primeiro objectivo da sua vida é casar-se e ter

filhos. O casamento está sacralizado, e a virgindade também. Se esta for 'conspurcada' antes do casamento, toda a família é conspurcada. A honra da família recai sobre os ombros da mulher.»

Ainda segundo Assouline, «a mulher é um objecto do prazer sexual do homem», sendo a contracepção proibida. Recentemente, por exemplo, a Tunísia, a Argélia e Marrocos introduziram programas de contracepção. Mas o fundamentalismo religioso perturba as tentativas de inovação.

Sophie Bessis, escritora tunisina formada em História e Economia, num livro intitulado *Femmes du Maghreb* («Mulheres do Magrebe»), escreveu: «Nem o judaísmo nem o cristianismo são religiões igualitárias. Mas o Corão institucionalizou expressamente a questão. O problema hoje não é saber se se pode fazer uma leitura progressista ou reacionária do Islão, o problema é saber se as civilizações do Magrebe são capazes de transpor o passo da laicidade, viver fora da religião.» A opinião de Bessis pode transpor-se para todos os países que, actualmente, travam guerras de cariz religioso, geradoras de fome, doença e morte, e que negam qualquer liberdade à mulher.

Nos anos de 1950, o presidente tunisino Habib Bourguiba introduziu mudanças significativas no país, no sentido da sua modernização. Todavia, não foi capaz de implementar a separação da Igreja do Estado. Contrariamente ao que faziam supor as suas reformas, o fundamentalismo islâmico venceu e estendeu-se ao Médio Oriente, onde a lei canónica, a *sharia*, se tornou a lei civil dos Estados.

Para o Ocidente, foi uma surpresa. Para os democratas desses países, foi um drama. O ter-

rorismo difundiu-se pelos países islâmicos e não islâmicos, tornando-se uma ameaça para toda a Humanidade.

Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Recordemos os ideais da Revolução Francesa, ao mesmo tempo que recordamos que, ao longo da História, muitas civilizações desapareceram. Conseguiremos sustentar esta ameaça? Para o fazer, precisamos de sabedoria, coragem e engenho. Precisamos de homens e mulheres unidos contra a barbárie. E, para tanto, haverá que superar a distância que separa os países que querem viver no século XXI e aqueles que querem viver e impor ao mundo o regresso ao século VII, tal como inscrito no Corão. A recente imposição da pena de morte para as mulheres adúlteras, no Bahrein, não deixa anteceder melhores dias adiante neste caminho.

É certo que a democracia não garante regimes perfeitos, e que haverá que melhorá-la. Mas, sem democracia, a civilização que construímos morrerá. Por isso, as mulheres terão de participar mais na política e conquistar mais poder, de modo a terem a voz activa e os meios necessários para evitar a calamidade que se anuncia.

Como escreveu a filósofa Sylviane Agacinski: «O progresso da democracia para a paridade constituiria uma justa ruptura com a unificação masculina e forçada da comunidade política.» Assim se conseguiria concretizar «o rosto duplo do povo, já que homens e mulheres são as duas faces do ser humano». Ganhar esta batalha será o novo «tempo das mulheres».

I

A INFÂNCIA

O SOL
DA VIDA





II

A JUVENTUDE

A
IDADE
DA
INOCÊNCIA





III

A IDADE ADULTA

O
TEMPO
DAS
CEREJAS





IV

A TERCEIRA IDADE

O CAIR
DAS FOLHAS





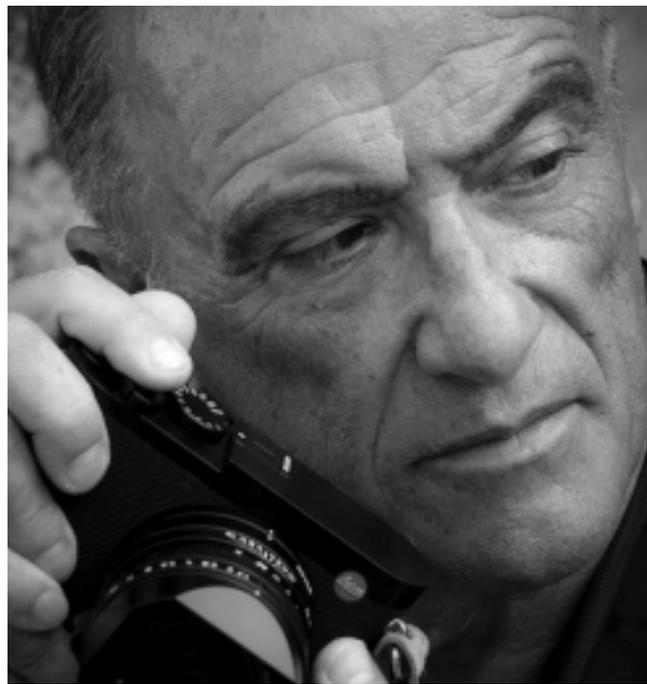
Alfredo Cunha nasceu em 1953 em Celorico da Beira. Em 1970, iniciou a sua carreira profissional em fotografia, em 1971, entrou no Jornal *Notícias da Amadora*. Colaborou com o jornal *O Século* e *O Século Ilustrado* (1972), a Agência de Notícias Português — ANOP (1977) e as agências de Notícias de Portugal (1982) e Lusa (1987).

Fotógrafo oficial dos presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares, em 1996 recebeu a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

Foi editor-chefe entre 1989 e 1997 no jornal *Público*, e integrou o grupo Edipresse como fotógrafo-chefe. Em 2000, integra a revista *Focus*. Entre 2003 e 2009, foi editor-chefe do *Jornal de Notícias*. De 2010 a 2012, dirigiu a fotografia da *Global Imagens*. Actualmente, desenvolve projectos editoriais.

Executou as séries de fotografias dedicadas ao 25 de Abril de 1974 e à descolonização portuguesa em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Cabo Verde. Realizou o trabalho fotográfico sobre o PREC (Processo Revolucionário em Curso, 1974-1975), e esteve com a GNR na guerra do Iraque (2003).

Publicou diversos livros, entre os quais *Raízes da Nossa Força* (1972), *Vidas Alheias* (1975), *Disparos* (1976), *Naquele Tempo* (1995), *O Melhor Café* (1996), *Porto de Mar* (1998), *77 Fotografias e Um Retrato* (1999), *Cidade das Pontes* (2001), *Cuidado Com as Crianças* (2003), *Cortina dos Dias* (2012), *O Grande Incêndio do Chiado* (2013), *Os Rapazes dos Tanques* (2014), *Toda a Esperança do Mundo* (2015), *Felicidade* (2016), *Fátima — Enquanto Houver Portugueses* (2017), *Mário Soares* (2017), *Retratos, 1970-2018* (2018) e *25 de Abril — 45 Anos* (2019).



Maria Antónia Palla nasceu no Seixal, em 1 de Janeiro de 1933, em casa dos avós paternos, que lhe transmitiram o amor pela literatura e pela democracia. Frequentou o Liceu Francês Charles Lepierre do 1.º ao 7.º ano, e é licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa. É casada, tem um filho e dois netos.

O jornalismo foi a sua única profissão. Trabalhou em diversos jornais, revistas e televisão, tendo-se destacado no tratamento de temas culturais e sociais. Colaborou durante vários anos com Alfredo Cunha, de quem é amiga.

Defensora apaixonada da liberdade de pensamento e de imprensa, foi a primeira mulher a ocupar o lugar de vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas e a primeira que assumiu a Presidência da Caixa de Previdência dos Jornalistas. Foi membro eleito do Conselho de Imprensa.

Interessada desde sempre pelos direitos das mulheres, participou activamente na campanha pela legalização do aborto.

Foi uma das fundadoras da Liga dos Direitos das Mulheres e da Biblioteca Feminista Ana de Castro Osório, núcleo especializado da Biblioteca Municipal de Belém, a segunda do género que existe na Europa, enquadrada num espaço público.

Defensora do acesso de todos os Povos à Democracia, foi uma das fundadoras do Fórum Português para a Paz e Democracia em Angola, que tem prestado apoio às forças democráticas daquele país.

Em Portugal, continua a participar civicamente em diversas acções a favor da cultura e dos direitos humanos.

É comendadora da Ordem da Liberdade.









O Tempo das Mulheres,
foi composto em caracteres Futura Std e
impresso na Norprint – a casa do livro, sobre papel
Imagine Silk de 170 gramas, em Outubro de 2019.